



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## TRIBUNAL PLENO

### ATAS DAS SESSÕES

ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
SUPERINTENDÊNCIA DA ÁREA JUDICIÁRIA

#### SESSÃO DO TRIBUNAL PLENO Nº 09/2022 –TJ

**SESSÃO DO TRIBUNAL PLENO.** Aos vinte e cinco (25) dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois (2022), na sala virtual das sessões do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, às onze (11) horas, realizou-se a sessão nº 09/2022, convocada mediante o **Edital nº 91/2022**, de 19 de abril de 2022, disponibilizado no Diário da Justiça de 20 de abril de 2022, a fim tratar de assuntos de interesse do Poder Judiciário do Ceará. Abertos os trabalhos, foi aprovada, sem alteração, a ata da sessão nº 08, de 07/04/2022. **Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores:** MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA – PRESIDENTE, ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES, FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA, HAROLDO CORREIA DE OLIVEIRA MÁXIMO, EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE, PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE, DURVAL AIRES FILHO, FRANCISCO GLADYSON PONTES, FRANCISCO DARIVAL BESERRA PRIMO, FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE, WASHINGTON LUÍS BEZERRA DE ARAÚJO, CARLOS ALBERTO MENDES FORTE, TEODORO SILVA SANTOS, MARIA IRANEIDE MOURA SILVA, LISETE DE SOUSA GADELHA, RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS, PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO, MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO, TEREZE NEUMANN DUARTE CHAVES, JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA, MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO, LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES, LIRA RAMOS DE OLIVEIRA, FRANCISCO CARNEIRO LIMA, FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO, MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA, HENRIQUE JORGE HOLANDA SILVEIRA, SÉRGIO LUIZ ARRUDA PARENTE, ANTÔNIO PÁDUA SILVA, FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES, MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES, JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO, JORIZA MAGALHÃES PINHEIRO, CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA, JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO, MARIA ILNA LIMA DE CASTRO, ROSILENE FERREIRA FACUNDO, JANE RUTH MAIA DE QUEIROGA, ANDRÉA MENDES BEZERRA DELFINO, SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA, JOSÉ LOPES DE ARAÚJO FILHO (Juiz convocado para compor o Tribunal, até a conclusão do incidente de recusa ao acesso, por antiguidade, de Juiz de Direito ao cargo de Desembargador – Portaria nº 550/2022), BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINA (Juiz convocado para compor o Tribunal, até que seja efetivamente provida a vaga destinada ao quinto constitucional da OAB/CE – Portaria nº 552/2022), PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA (Juiz convocado para compor o Tribunal, em virtude da aposentadoria da Desa. Vera Lúcia Correia Lima - Portaria nº 646/2022), FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO (Juiz convocado para compor o Tribunal Pleno substituindo a Desa. Francisca Adelineide Viana durante sua ausência por motivo de licença médica - Portaria nº 438/2022) e FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSARFAVA (Juiz convocado para compor o Tribunal, até que seja efetivamente provida a vaga destinada ao quinto constitucional da OAB/CE – Portaria nº 551/2022). **Ausentes, por motivo de férias,** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE, LUIZ EVALDO GONÇALVES LEITE, MARIA EDNA MARTINS e MARIA DAS GRAÇAS ALMEIDA DE QUENTAL. **Ausentes, justificadamente,** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA, INÁCIO DE ALENCAR CORTEZ NETO, MARIA VILAUBA FAUSTO LOPES e HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO. **Ausente, por motivo de licença médica,** a Excelentíssima Senhora Desembargadora FRANCISCA ADELINEIDE VIANA. A Procuradoria-Geral de Justiça fez-se representar pelo Dr. MANUEL PINHEIRO FREITAS – PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA. Os trabalhos foram secretariados pelo SUPERINTENDENTE DA ÁREA JUDICIÁRIA, Dr. NILSITON RODRIGUES DE ANDRADE ARAGÃO. **1 – Inicialmente o Excelentíssimo Senhor Desembargador WASHINGTON LUÍS BEZERRA DE ARAÚJO** suspendeu suas férias nesta data para participar desta sessão. **2 - EXPEDIENTE:** A Desembargadora MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA, Presidente, submeteu à aprovação deste Colegiado a **Resolução nº 07** que *“Regulamenta a ajuda de custo por exercício cumulativo de função e por acúmulo de acervo”*. Todos os Desembargadores aprovaram a referida Resolução. E como nada mais houvesse a tratar, declarou-se encerrada a Sessão, lavrando-se a presente Ata, a qual, lida e aprovada, vai assinada.

Fortaleza (CE), 25 de abril de 2022

\_\_\_\_\_  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

\_\_\_\_\_  
Superintendente da Área Judiciária

ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
SUPERINTENDÊNCIA DA ÁREA JUDICIÁRIA

#### SESSÃO DO TRIBUNAL PLENO Nº 10/2022 –TJ

**SESSÃO DO TRIBUNAL PLENO.** Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de abril do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), às (dezesesseis) 16 horas, realizou-se a sessão nº 10/2022, convocada mediante o **Edital nº 92/2022**, de 19 de abril de 2022, disponibilizado no Diário da Justiça de 20 de abril de 2022, a realizar-se em formato híbrido (por meio de videoconferência, no link de acesso já utilizado para as sessões do Tribunal Pleno) e presencialmente, no auditório da Escola Superior da Magistratura



do Estado do Ceará – ESMEC, para a posse do Dr. André Luiz de Souza Costa e do Dr. Everardo Lucena Segundo, nos cargos de Desembargador do Tribunal de Justiça do Ceará nas vagas reservadas à advocacia pelo quinto constitucional, criada pela Lei nº 17.743, de 29 de outubro de 2021, sem prejuízo da sessão do Órgão Especial que ocorrerá na mesma data. **Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores:** MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA – PRESIDENTE, FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA, ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES, FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA, HAROLDO CORREIA DE OLIVEIRA MÁXIMO, EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE, PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE, DURVAL AIRES FILHO, FRANCISCO GLADYSON PONTES, FRANCISCO DARIVAL BESERRA PRIMO, FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE, INÁCIO DE ALENCAR CORTEZ NETO, WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAÚJO, CARLOS ALBERTO MENDES FORTE, TEODORO SILVA SANTOS, MARIA IRANEIDE MOURA SILVA, LUIZ EVALDO GONÇALVES LEITE, LISETTE DE SOUSA GADELHA, RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS, PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO, MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO, TEREZE NEUMANN DUARTE CHAVES, JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA, MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO, LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES, LIRA RAMOS DE OLIVEIRA, FRANCISCO CARNEIRO LIMA, FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO, MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA, HENRIQUE JORGE HOLANDA SILVEIRA, SÉRGIO LUIZ ARRUDA PARENTE, ANTÔNIO PÁDUA SILVA, FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES, JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO, MARIA DAS GRAÇAS ALMEIDA DE QUENTAL, JORIZA MAGALHÃES PINHEIRO, CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA, JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO, ROSILENE FERREIRA FACUNDO, JANE RUTH MAIA DE QUEIROGA, ANDRÉA MENDES BEZERRA DELFINO, SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA, JOSÉ LOPES DE ARAÚJO FILHO (Juiz convocado para compor o Tribunal, até a conclusão do incidente de recusa ao acesso, por antiguidade, de Juiz de Direito ao cargo de Desembargador – Portaria nº 550/2022), BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINA (Juiz convocado para compor o Tribunal, até que seja efetivamente provida a vaga destinada ao quinto constitucional da OAB/CE – Portaria nº 552/2022), PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA (Juiz convocado para compor o Tribunal, em virtude da aposentadoria da Desa. Vera Lúcia Correia Lima - Portaria nº 646/2022), FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO (Juiz convocado para compor o Tribunal Pleno substituindo a Desa. Francisca Adelineide Viana durante sua ausência por motivo de licença médica - Portaria nº 438/2022) e FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVA (Juiz convocado para compor o Tribunal, até que seja efetivamente provida a vaga destinada ao quinto constitucional da OAB/CE – Portaria nº 551/2022). **Ausentes, por motivo de férias,** as Excelentíssimas Senhoras Desembargadoras MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE e MARIA EDNA MARTINS. **Ausentes, justificadamente,** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores MARIA VILAUBA FAUSTO LOPES, HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO, MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES e MARIA ILNA LIMA DE CASTRO. **Ausente, por motivo de licença médica,** a Excelentíssima Senhora Desembargadora FRANCISCA ADELINDE VIANA. A Procuradoria-Geral de Justiça fez-se representar pelo Dr. MANUEL PINHEIRO FREITAS – PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA. Os trabalhos foram secretariados pelo SUPERINTENDENTE DA ÁREA JUDICIÁRIA, Dr. NILSITON RODRIGUES DE ANDRADE ARAGÃO. A Excelentíssima Senhora Desembargadora MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA, Presidente, deu início à **Solenidade de Posse dos Excelentíssimos Senhores Advogados:** Dr. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Dr. EVERARDO LUCENA SEGUNDO. Integraram a mesa as seguintes autoridades: Excelentíssima Senhora Desembargadora MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará; Excelentíssima Senhora MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO, Governadora do Estado do Ceará; Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual EVANDRO SÁ BARRETO LEITÃO, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará; Excelentíssimo Senhor CAMILO SOBREIRA DE SANTANA, Ex-Governador do Estado do Ceará 2014/2022; Excelentíssimo Senhor JOSÉ SARTO NOGUEIRA MOREIRA, Prefeito do Município de Fortaleza; Conselheiro MÁRIO HENRIQUE AGUIAR GOULART RIBEIRO NUNES MAIA, neste ato representando o Sr. Ministro Luiz Fux, Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça; Conselheiro Sr. LUIZ OTÁVIO RODRIGUES JÚNIOR, neste ato representando o Sr. Antônio Augusto Brandão de Aras, Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público; Excelentíssimo Senhor MANUEL PINHEIRO FREITAS, Procurador-Geral de Justiça; Excelentíssimo Senhor CAIO CÉSAR VIEIRA ROCHA, representando José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral, Presidente do Conselho Federal da OAB; Excelentíssimo Senhor JOSÉ ERINALDO DANTAS FILHO, Presidente da OAB/CE; Excelentíssimo Senhor Desembargador Federal da 5ª Região LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO, representando Excelentíssimo Senhor Desembargador Federal Edilson Nobre, Presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Registrada a participação de forma presencial dos Excelentíssimos Senhores Desembargadores ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES - Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO - Corregedor-Geral da Justiça, FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA, FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA, DURVAL AIRES FILHO, PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE, FRANCISCO GLADYSON PONTES, INÁCIO DE ALENCAR CORTEZ NETO - Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAÚJO, CARLOS ALBERTO MENDES FORTE, TEODORO SILVA SANTOS, MARIA IRANEIDE MOURA SILVA, RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS – Vice-Presidente Corregedor do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA, FRANCISCO CARNEIRO LIMA, MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA, HENRIQUE JORGE DE HOLANDA SILVEIRA, SÉRGIO LUIZ ARRUDA PARENTE, FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES, MARIA DAS GRAÇAS ALMEIDA DE QUENTAL, JORIZA MAGALHÃES PINHEIRO, CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA, ROSILENE FERREIRA FACUNDO, JANE RUTH MAIA DE QUEIROGA, ANDRÉA MENDES BEZERRA DELFINO, SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA, JOSÉ LOPES DE ARAÚJO FILHO (Juiz convocado para compor o Tribunal, até a conclusão do incidente de recusa ao acesso, por antiguidade, de Juiz de Direito ao cargo de Desembargador – Portaria nº 550/2022), PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA (Juiz convocado para compor o Tribunal, em virtude da aposentadoria da Desa. Vera Lúcia Correia Lima - Portaria nº 646/2022) e FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO (Juiz convocado para compor o Tribunal Pleno substituindo a Desa. Francisca Adelineide Viana durante sua ausência por motivo de licença médica - Portaria nº 438/2022); e, de forma remota, dos Excelentíssimos Senhores Desembargadores HAROLDO CORREIA DE OLIVEIRA MÁXIMO, EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE, FRANCISCO DARIVAL BESERRA PRIMO, FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE, LUIZ EVALDO GONÇALVES LEITE, LISETTE DE SOUSA GADELHA, MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO, TEREZE NEUMANN DUARTE CHAVES, MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO, LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES, LIRA RAMOS DE OLIVEIRA, FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO, ANTÔNIO PÁDUA SILVA, JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO, JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA FILHO, BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINA (Juiz convocado para compor o Tribunal, até que seja efetivamente provida a vaga destinada ao quinto constitucional da OAB/CE – Portaria nº 552/2022) e FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVA (Juiz convocado para compor o Tribunal, até que seja efetivamente provida a vaga destinada ao quinto constitucional da OAB/CE – Portaria nº 551/2022). Na sequência, sua Excelência a Desembargadora Presidente convidou o Excelentíssimo Senhor Desembargador FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA, Decano deste Tribunal de Justiça e a Desembargadora SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA, mais nova integrante desta Corte de Justiça para conduzirem os novos Desembargadores ao Plenário. Em seguida, o Hino Nacional Brasileiro e o Hino do Poder Judiciário Cearense foram entoados pelo Coral do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, sob a Regência da Maestrina Domizila Almeida e acompanhamento de Cristina Gil no teclado. Registradas as presenças dos Excelentíssimos Senhores:



Desembargador INÁCIO DE ALENCAR CORTEZ NETO, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará; Excelentíssimo Senhor RODRIGO MAIA ROCHA, Presidente do Colégio Nacional de Procuradores-gerais dos Estados e do Distrito Federal; Juiz de Direito DANIEL CARVALHO CARNEIRO, Presidente da Associação Cearense de Magistrados – ACM; Magnífico Reitor da UFC, Professor JOSÉ CÂNDIDO LUSTOSA BITTENCOURT DE ALBUQUERQUE; Deputado Federal CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO; Deputado Federal ANTÔNIO ILDIVAN DE LIMA ALENCAR; Deputado Estadual ELMANO DE FREITAS COSTA; Deputado Estadual WALTER LIMA FROTA CAVALCANTE; Deputado Estadual AGOSTINHO FREDERICO CARMO GOMES (Tim Gomes); Deputado Estadual JÚLIO CÉSAR COSTA LIMA FILHO (Julinho) ; Deputado Estadual GUILHERME GONDIM; Deputada Estadual ÉRIKA GONÇALVES AMORIM; Juíza de Direito ANA CRISTINA DE PONTES LIMA EMERALDO, Diretora do Fórum Clóvis Beviláqua da Comarca de Fortaleza; Excelentíssima Senhora ELIZABETH CHAGAS, Defensora Pública Geral do Estado do Ceará; Excelentíssimo Senhor ARTUR JOSÉ VIEIRA BRUNO, Secretário do Meio Ambiente do Estado do Ceará; Excelentíssimo Senhor JOSÉ ÉLCIO BATISTA, Vice-Prefeito de Fortaleza; Procuradores de Justiça JOSEANA FRANÇA PINTO, PLÁCIDO BARROSO RIOS; MIGUEL ÂNGELO DE CARVALHO PINHEIRO e LUIZ EDUARDO DOS SANTOS; Excelentíssimo Senhor CHAGAS VIEIRA, Secretário Chefe da casa Civil; Excelentíssimo Senhor JOÃO RENATO BANHOS CORDEIRO, neste ato representando a Procuradora-Geral do Estado do Ceará, Dra. ANTÔNIA CAMILY GOMES CRUZ; Excelentíssima Senhora ONÉLIA LEITE SANTANA, Secretária da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos do Estado do Ceará; Excelentíssimo Senhor IURI ROCHA LEITÃO, 1º Vice-Presidente da Associação Cearense do Ministério Público; Cel. LIMA NETO, neste ato representando o Comandante da 10ª Região Militar General de Divisão LUCINDO CABRAL; Excelentíssimo Senhor JOSÉ AILTON BRASIL, Prefeito do Município do Crato; Vereador de Fortaleza PEDRO FRANÇA PINTO MOTA ALEXANDRINO; Procurador do Estado JOSÉ RÉGIS NOGUEIRA MATIAS; Juiz FRANCISCO ÉRICO CARVALHO SILVEIRA, Jurista do Tribunal Regional Eleitoral/CE; Desembargador aposentado MANOEL CEFAS FONTELES TOMAZ; Assessora Especial de Acolhimento aos Movimentos Sociais do Ceará, Professora ZELMA MADEIRA; Secretário de Governo da Prefeitura de Fortaleza Dr. RICARDO CÉSAR PEREIRA LIMA. Em seguida, a Desembargadora Presidente convidou os Excelentíssimos Senhores Advogados ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA E EVERARDO LUCENA SEGUNDO, para prestarem, em conjunto, o compromisso de posse no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, o que foi feito nos seguintes termos: “Prometo bem e fielmente desempenhar os deveres do meu cargo, cumprindo e fazendo cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual e as Leis da União e do Estado do Ceará e as normas internacionais de Direitos Humanos”. O Dr. Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão, Superintendente da Área Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, fez a leitura do Termo de Compromisso lavrado em livro próprio. Após, a Desembargadora Presidente declarou empossados os Excelentíssimos Senhores ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA E EVERARDO LUCENA SEGUNDO, nos cargos de Desembargador. Ato contínuo Sua Excelência, a Desembargadora MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA, Presidente desta Egrégia Corte, fez a saudação aos novos Desembargadores nos seguintes termos: *“Cumprimentos iniciais: Senhores e senhoras, membros do Pleno, autoridades...Recebemos com entusiasmo e alegria os novos membros desta Corte, desembargadores André Luiz de Souza Costa e Everardo Lucena Segundo, felicitando-os pela indicação ao Quinto Constitucional destinado à Ordem dos Advogados do Brasil, e sobretudo, por suas trajetórias de destaque na advocacia, que contemplam a exigência constitucional de notório conhecimento e reputação ilibada, merecidamente reconhecidos durante o processo de escolha para o nosso Tribunal de Justiça. Saudamos a chegada de ambos também pela diversificação de visões que trazem ao Judiciário, equilibrando a necessária combinação de experiências profissionais de advogados, membros do Ministério Público e magistrados de carreira, formando assim uma composição que, certamente, aprimora a sensibilidade na gestão da Justiça e amplia horizontes para os julgamentos conduzidos pelo colegiado. A posse dos novos desembargadores, que hoje celebramos, coincide ainda com os esforços para a ampliação da capacidade de atendimento do Judiciário estadual, planejados a partir de rigorosos critérios administrativos, de modo a acompanhar o natural crescimento das demandas que a sociedade encaminha às comarcas do Interior e da Capital, preservando assim os avanços de qualidade e celeridade nos serviços prestados pela magistratura de 2º Grau do Tribunal de Justiça no Ceará, que observamos ao correr dos últimos anos. O constante aumento de produtividade nos coloca entre as Cortes mais eficientes do Brasil, graças a investimentos em estrutura e pessoal dimensionados por metas cuidadosamente estabelecidas no Planejamento Estratégico do Judiciário, para oferecer uma Justiça moderna, bem administrada, sustentável e comprometida com resultados, em sintonia com as necessidades dos cearenses. O Poder Judiciário Alencarino tem superado obstáculos e desafios com planejamento, responsabilidade financeira e investimentos em inovações de gestão e tecnológicas, uma verdadeira transformação digital, que coloca a Justiça cearense, atualmente, entre as mais eficientes e econômicas do Brasil, conforme levantamento do Conselho Nacional de Justiça. Com esse desempenho, e para avançarmos ainda mais, conseguimos colocar em prática o Programa de Modernização do Judiciário cearense (Promojud), com recursos criteriosamente captados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em parceria com o Governo do Estado do Ceará, feito com repercussão nacional por ser inédito e baseado em dados de gestão. Tudo isso é importante, mas é fundamental destacar os investimentos e esforços feitos com base no ideal de humanização do Judiciário, que também fazem parte desse processo de crescimento, com projetos de capacitação, atendimento e motivação voltados aos nossos servidores e parceiros, bem como para população. É com esse sentimento de que precisamos atuar com empatia que buscamos ir ao encontro de cidadãos e instituições que necessitam de mediação judicial, e às vezes apenas de um aconselhamento, para resolver causas e conflitos que os afligem, seja nas comarcas do interior como na Capital, a 5ª maior do País, onde estamos expandindo, inclusive, opções de atendimento ao público, como a recente inauguração do nosso 4º Juizado Especial de Fortaleza, no Shopping Benfica, como forma de nos aproximarmos da população. As conquistas, os obstáculos vencidos, os desafios que se renovam, tudo isso tem fortalecido a união dos que fazem o Judiciário Cearense e sua relação institucional com os demais poderes constituídos. Em uma de suas parábolas de valor universal e atemporais, Jesus Cristo nos deixou um alerta inspirador, lembrando-nos de que ‘a quem muito foi dado, muito será pedido; a quem muito foi confiado, muito mais será exigido’. Essa passagem expressa muito bem a responsabilidade do juiz: ao conquistar, por seus méritos, a condição de guardião das leis, por confiança da sociedade, ele assume também a condição de servidor que será exigido em suas funções imprescindíveis. E quanto mais alto chegar, maiores serão os seus deveres, assim como o sentimento de realização com o dever cumprido. Senhores Desembargadores, Dr. Everardo Lucena e Dr. André Costa, contem conosco para esta nova etapa de suas vidas profissionais. O sacerdócio da magistratura é uma grande responsabilidade, mas esta pode ser compartilhada com a Instituição, porque todos temos a mesma missão de servir à Justiça. Parabéns e sejam muito bem-vindos!”* Em seguida, foi dada a palavra ao Desembargador recém empossado ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA que se pronunciou nos seguintes termos: *“Boa tarde a todos e a todas! Quero agradecer a todos aqui presentes. Para mim é uma honra, uma alegria, uma enorme responsabilidade assumir o cargo de magistrado, Juiz do 2º grau. Eu quero começar em face do tempo, quero cumprimentar a todas mulheres e autoridades presentes. Mulheres, em nome dessa grande Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira, a qual eu sou muito agradecido pelo apoio e pela firmeza que vem conduzindo a Corte Judiciária Estadual, em momentos muitos difíceis, momento de COVID-19, momento de incêndio, momento de mudanças que nós acompanhamos na sociedade; e, de igual modo, cumprimentar as mulheres presente, autoridades em*



nome dessa grande Governadora, uma mulher que é um exemplo de como construir uma mudança social a partir da educação. Quero cumprimentar os homens presentes e autoridades que compõe a mesa na pessoa do nosso querido Erinaldo Dantas, Presidente da OAB, um dirigente a altura do seu tempo, um cara decente, um cara muito leal que teve a firmeza de conduzir esse processo do quinto constitucional, e quem acompanhou sabe que não foi nada fácil. Mais uma vez, deu exemplo de como deve ser uma liderança. Então, vou cumprimentar a todos aqui presentes, nós temos um tempo estabelecido deixei de ser agora advogado para ser desembargador, mas o tempo é de uma sustentação oral, 10 minutos, e um discurso de 10 minutos meus queridos... o cerimonial perguntou o senhor vai escrever alguma coisa? Só alguns tópicos, eu vou deixar-me levar pela emoção. O que nos parece, o que nós precisamos aqui é de um judiciário como a desembargadora colocou, um judiciário garantista, vivemos tempos difíceis. O que se pode esperar de um magistrado como eu que veio da advocacia? Todos conhecem minha opinião, são publicadas, tenho posições sobre questão racial, sobre o antirracismo, sobre a questão da mulher, sobre a questão da sociedade, sobre a questão da Constituição Federal. O Judiciário hoje fundamental ao meu ver, ser um Poder contramajoritário. Nós precisamos de um Judiciário que seja garantista, judiciário que respeite a Constituição. Vivemos tempos difíceis e o papel do judiciário com os outros poderes é defender as instituições republicanas, é defender a democracia. Fé arrasada não serve para ninguém. Então, vocês terão um magistrado que antes de tudo é um servidor público que deve prestar contas do que faz, um compromisso com a Constituição como acabamos de ler aqui Constituição Federal, Constituição Estadual e pela minha trajetória e agradeço até meu colega Desembargador Everardo Lucena e nós dois combinamos assumir o compromisso de assumir as normas internacionais de Direitos Humanos. Um momento como esse é sempre difícil, porque tenho 50 anos, não cheguei aqui sozinho, ninguém chega a algum lugar sozinho, você chega porque teve ajuda, teve o compromisso, teve uma escola e para mim que foi... Vou evitar algumas palavras pra eu não me emocionar... já me emocionando. Estou com minha família aqui. Vou passar para os agradecimentos, mas eu queria primeiro agradecer a cada Conselheiro do Estado do Ceará, eu só cheguei aqui hoje porque participei de um quinto e esses conselheiros me deram a honra de ser o mais votado de 43 votos possíveis eu tive 42 votos que muito me honrou ser o primeiro lugar na lista da OAB e me honrou também. Eu quero agradecer a cada conselheiro dizer que hoje saio do estatuto da advocacia da OAB e vou para LOMAN, vou para um colegiado onde vou aprender como ser um julgador, decidir a vida das pessoas. Quando eu fui visitar cada gabinete eu aprendi isso, não é fácil decidir a vida das pessoas, então, é um momento de aprendizado, mas eu quero também agradecer ao Tribunal. Ah! Mas eu quero dizer uma coisa aos advogados e advogadas hoje eu não posso exercer o papel de defender as prerrogativas, mas como magistrado eu vou respeitar as prerrogativas de cada advogado e cada advogada, respeitar as prerrogativas da advocacia é respeitar a cidadania e eu fui forjado na advocacia, são quase 27 anos, então não dá de um dia para outro se transformar, então respeitar as prerrogativas da advocacia é respeitar a Constituição, respeitar a lei, mas quero agradecer também cada desembargador e desembargadora que estão aqui, que me atenderam no gabinete, que ouviram minha história, que não se deixou levar pelas histórias que não correspondiam a realidade e eu sei que todas as vezes que você cita alguém você corre o risco de escolher outra pessoa, então agradecendo a cada um dos desembargadores, a cada 37 votos que eu obtive lá no Tribunal, aos que me ouviu eu queria ressaltar quatro pessoas que me acompanharam fortemente sem nenhum... mais eu quero agradecer essa grande magistrada Nailde Pinheiro, agradecer ao decano desta casa Fernando Ximenes, agradecer desembargador por aquele seu depoimento sincero é isso mesmo a luta do Poder Judiciário também é a luta antirracista, a luta para vencer a discriminação, o preconceito para que todos tenham oportunidade. Agradecer ao amigo e irmão que me acompanha há mais de 12 anos, sempre troco ideias, nossas divergências, mas é uma pessoa que está comigo que é o Teodoro Silva Santos e por fim agradecer uma pessoa que eu dialogo muito com ele, que também temos nossas divergências, um é o Luciano Lima Rodrigues e outro é o Carlos Alberto Mendes Forte, são pessoas com quem eu dialogo muito, muito agradecido pela postura, agradecer a cada um de vocês. E por fim, agradecer a minha família aqui presente, minhas filhas, minha mulher, minha atual companheira Mariana Pedrosa e quero agradecer, também, eu não estaria aqui se não fosse o aprendizado que eu tive nessa caminhada, uma pessoa humilde e sabe como é ser um servidor público, amigo Camilo Santana. Aos amigos de Brasília, Piauí, Bahia que se deslocaram até aqui para participar desse ato. É isso, muito obrigado!". Após os cumprimentos, o Desembargador ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA retornou à tribuna e encerrou seu discurso: "Quero registrar também agradecimentos e cumprimentar, em nome dele, a todos os movimentos sociais e movimentos de Direitos Humanos, ao meu irmão Preto Zezé, líder da Central Única das Favelas; ao Conselheiro Federal Alcimor Rocha Neto e, por fim, minhas filhas e esposa Mariana Pedrosa". Na sequência, pronunciou-se o Desembargador EVERARDO LUCENA SEGUNDO, nos seguintes termos: "Boa tarde a todos! Peço licença para não renovar todos os cumprimentos já formalizados pelos oradores que me antecederam. Saúdo todas as autoridades aqui presentes, e aos que nos assistem via plataforma digital, na pessoa da Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, Desa. Maria Nailde Pinheiro Nogueira. Aproveito o ensejo para parabenizá-la pelo excelente trabalho realizado frente à presidência do Tribunal de Justiça, empenhando-se na criação de cargos no segundo grau, na realização de concurso público, agregando significativas melhorias à prestação jurisdicional. A Presidente, não bastasse os desafios inerentes ao cargo, com competência, de forma aguerrida e corajosa vem enfrentando os problemas e apresentando as devidas soluções em um período de grandes dificuldades diante dos entraves impostos pela pandemia, somados ao trágico incêndio que atingiu a sede do nosso Tribunal de Justiça. Peço aos presentes uma salva de palmas para Desa. Nailde. Minhas senhoras e meus senhores. Queridos familiares! Neste momento, sou inundado por indescritível emoção por tomar posse no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, porquanto impossível dissociar-me das reminiscências da minha infância no interior do Estado. A imaturidade peculiar ao tempo de criança não me impediu de decidir precocemente como conduziria minha existência, pois forjado no modo de vida simples dos meus pais que, apesar das dificuldades, incansavelmente, esforçaram-se pelas alegrias, sorrisos, comemorações e realizações de seus filhos. Decidi desde sempre que abraçaria uma profissão que me fizesse útil. Útil não apenas a um grupo restrito, mas à sociedade. Nessa caminhada, inspirei-me na determinação do meu saudoso pai, José Everardo Nunes de Lucena, que também imbuído do mesmo espírito, exerceu com extrema dedicação às profissões de médico e promotor de justiça, dedicando-se à advocacia nos seus últimos anos de vida. À minha amada mãe, Maria Isa Cruz Macedo, com a humildade que lhe é tão peculiar, exerceu a função de educadora dos menos favorecidos. Nobres ofícios que desempenharam com paixão e retidão de caráter. Desse modo, cercado de bons exemplos, ser e sentir-me útil é um dever. A advocacia me trouxe essa satisfação por mais de 19 anos. Constatei ao longo desse período que a visão humana e a sensibilidade adquiridas pelo advogado no exercício de sua profissão, em decorrência do contato diário e próximo com as partes, ouvindo as suas necessidades e angústias, torna-o mais sensível e humanizado frente ao direito. Não basta só a técnica aliada ao saber jurídico para bem julgar. A visão humana e a sensibilidade também são fundamentais para um magistrado bem exercer a judicatura. O incentivo dos colegas, familiares e amigos fizeram-me acreditar que eu poderia alcançar mais um degrau da escalada do meu propósito de ser útil à sociedade. E, o que já foi simplesmente um sonho de garoto se torna realidade de forma mais efetiva neste momento, pois não há realidade sem sonho, sem fé, sem incentivo. Ingressar no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará pelo quinto constitucional, dignifica-me duplamente, pois além de passar a exercer a nobre função de magistrado, ainda o faço a partir de uma cota destinada ao fortalecimento do pluralismo político, que representa, nas palavras do ministro Celso de Mello, 'a contribuição de experiências



*diversificadas e deve ser reconhecida como um fator de equilíbrio nas decisões dos tribunais<sup>1</sup>. Nesse sentido, pretendo aplicar as lições aprendidas durante os anos dedicados à advocacia e revertê-las, agora, em prol do aprimoramento do Poder Judiciário, que passa por inúmeras transformações na forma de pensar e fazer a justiça. Ao tempo em que falamos em cumprimento de metas, estatísticas mensais e em conceitos como justiça em números, taxa de congestionamento, índice de atendimento às demandas, tudo em nome de uma prestação jurisdicional mais célere, compatível com a expectativa e a necessidade dos jurisdicionados, talvez um dos maiores desafios a enfrentar, seja atender a essas exigências sem nos deixarmos envolver pela rotina e pelas pressões por produtividade. E isso sem nos esquecermos que os processos não podem ser reduzidos a números, que em cada um há o elemento humano. Outro desafio, certamente, é acomodar o paradoxo entre tecnologia e humanização. Se, de um lado, o Judiciário trabalha incansavelmente para acompanhar as inovações tecnológicas, buscando entender quando e onde podem ser úteis, assim como estabelecer limites para o seu emprego, por outro, nunca esteve tão conhecida à urgência de imprimir maior humanização à atividade judicante. É preciso reconhecer a relevância e utilidade das transformações digitais, a incorporação e regulamentação de sessões virtuais e do trabalho remoto, alternativas essas que permitiram a continuidade da jurisdição, mesmo em meio a uma pandemia, e até mesmo (Des. Abelardo) cogitar o uso da inteligência artificial para atividades em que se velem pertinentes. No entanto, paralelamente a essa modernização por que passa o judiciário, caminha a certeza, cada vez maior, de que nada substitui o fator humano. A atividade jurisdicional não é um fim em si mesma. Nossa ferramenta de trabalho são os conflitos humanos. É por eles e para eles que estamos nessa posição. O direito é uma ciência humana. Nós, julgadores, somos humanos. Não podemos esquecer jamais que esse é o nosso diferencial, a razão da nossa existência e, reportando-me aos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil elencados na Constituição Federal, devemos buscar a construção de uma sociedade mais justa, livre e solidária, por meio da promoção de uma cultura do diálogo e da paz. Atualmente, dinamiza-se a figura do juiz julgador para também abranger o juiz conciliador, o juiz mediador, o juiz gestor, dentre outros aspectos, para se alcançar uma justiça menos burocrática e encastelada, e mais humanizada e eficiente. É ESSE O PROPÓSITO QUE ME IMPONHO. A vida do magistrado é um eterno ponderar. Saber equilibrar o emprego do tecnicismo que o exercício jurisdicional exige, no menor tempo possível e sem perder de vista o olhar humano que nunca foi tão urgente quanto agora, em tempos de tamanha carência material e moral. Tornar-me desembargador não faz de mim superior, mas tão somente aumenta as minhas responsabilidades frente à sociedade e, desse modo, rogo a Deus, a quem atribuo todas as minhas conquistas, que os obstáculos a serem enfrentados não arrefeçam a minha força, mas, sim, tornem-me mais maduro para com honradez servir aos jurisdicionados. Nesta jornada, contei e conto com o apoio incondicional da minha esposa Marília, grande amor da minha vida, pessoa ímpar, generosa, companheira nas minhas dores e alegrias. Aos meus filhos, Levi e Luíza, agradeço o amor essencial e oro para que sempre trilhem os passos que os levem às virtudes das boas conquistas. Sou grato à minha mãe, ao meu pai, de quem orgulhosamente carrego o nome, com a certeza de que, mesmo no plano superior, alegra-se com este momento tão especial. Sou igualmente grato aos meus sogros, Darival e Elda, aos meus irmãos, Paola, Suyane, Joaquim, Evellyne, Ernandes, cunhados e cunhadas, verdadeiros incentivadores para tornar realidade os meus anseios. Aos amigos de todas as horas, externo também a minha gratidão. Em especial, agradeço aos meus ex-sócios de escritório, que muito me ensinaram, sobretudo, a travar sempre um bom combate. Despeço-me orgulhosamente da advocacia, que tanto contribuiu para minha formação humana e profissional, trazendo comigo as marcas das vitórias alcançadas e das derrotas que muito me ensinaram. Abandono a parcialidade dos interesses dos meus ex-clientes para imparcialmente distribuir a justiça. Os meus sinceros agradecimentos à advocacia cearense, representada por todos os conselheiros e conselheiras da OAB Ceará, que de forma unânime, me escolheram para compor a lista sêxtupla. Agradeço, também, ao egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará que, igualmente em votação unânime dos membros presentes à sessão, me permitiu figurar na lista triplíce enviada ao chefe do Poder Executivo Estadual. Por fim, agradeço de forma especial ao governador Camilo Santana, que depositou em meu nome a confiança para exercer o nobre cargo de desembargador. Diante de tamanho respaldo, assumo o honrado cargo na magistratura cearense depois de disputá-lo com brilhantes advogados e advogadas. Tenho total consciência das minhas responsabilidades e honrarei a boa expectativa que me foi creditada para bem exercer a magistratura, e prometo contribuir para enaltecer, ainda mais o Poder Judiciário alencarinho. Para isso, não me esquivarei diante das dificuldades, convicto (Des. Fernando Ximenes) de que contarei com o apoio de meus pares mais experientes, dos servidores e de tantos outros colaboradores que fazem esta Corte de Justiça. Sigo à máxima inspiradora, que o meu saudoso pai sempre pronunciou em meio às adversidades: “filho, a vida só é dura para quem é mole”. Enfrentarei esse novo desafio na minha vida com muita força, fé e coragem. Cito trecho da obra Grande Sertão: Veredas, de Guimarães Rosa “o que a vida quer da gente mesmo, é coragem”. E, desse modo, venci uma etapa na minha trajetória trilhada com determinação, disciplina e renúncia, mas não sou especial. Sou um homem comum, que traz consigo suas vivências, experiências e valores, para com retidão, prudência, humildade e discrição, exercer o nobre mister de julgar sempre vinculado ao Direito, à Lei e à Justiça. Muito obrigado a todos”. Por fim, a Desembargadora Presidente agradeceu a todos os presentes à Sessão. E como nada mais houvesse a tratar, declarou-se encerrada a Sessão, lavrando-se a presente Ata, a qual, lida e aprovada, vai assinada.*

Fortaleza (CE), 28 de abril de 2022

\_\_\_\_\_  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

\_\_\_\_\_  
Superintendente da Área Judiciária

## ÓRGÃO ESPECIAL

### EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃOS - Órgão Especial

**TJCENEXE - Órgão Especial e Seções Cíveis**  
**EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO**

**8509792-73.2019.8.06.0000Recurso Administrativo.** Recorrente: Leda Gonçalves Teixeira. Advogada: Erica de Sousa